



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO  
GRADUAÇÃO EM TURISMO

ANA PAULA MOYSÉS BARROS VALADARES

**ATRATIVOS TURÍSTICOS CULTURAIS DE BRASÍLIA E  
A OFERTA DE SERVIÇOS AO TURISTA IDOSO**

BRASÍLIA – DF

2017

ANA PAULA MOYSÉS BARROS VALADARES

**ATRATIVOS TURÍSTICOS CULTURAIS DE BRASÍLIA E  
A OFERTA DE SERVIÇOS AO TURISTA IDOSO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena

BRASÍLIA, 2017

VALADARES, ANA PAULA MOYSÉS BARROS

ATRATIVOS TURÍSTICOS CULTURAIS DE BRASÍLIA E A OFERTA DE SERVIÇOS AO TURISTA IDOSO/ Valadares, Ana Paula Moysés Barros – Brasília, 2017 52p.

Monografia (graduação) – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2017

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena

1. Idoso 2. Turismo 3. Acessibilidade 4. Mobilidade

**ANA PAULA MOYSÉS BARROS VALADARES**

**ATRATIVOS TURÍSTICOS CULTURAIS DE BRASÍLIA E  
A OFERTA DE SERVIÇOS AO TURISTA IDOSO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Aprovado em:

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena  
Orientador

---

Profª Drª Natália de Sousa Aldrigue  
Examinadora da banca

---

Profª Drª Donária Coelho Duarte  
Examinadora da banca

BRASÍLIA

2017

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por me dar forças necessárias para conseguir vencer todos os obstáculos que surgiram durante esse processo.

Agradeço aos meus pais que desde o início me ajudaram com a escolha do tema, me ajudaram com o campo, e me deram muitas forças em todo o caminho percorrido desde o início da faculdade até o último momento.

Ao meu namorado Arthur Matos, pelo apoio, carinho, dicas, paciência e amor.

Aos meus amigos pelo companheirismo e compreensão.

Ao professor Dr. Luiz Carlos Spiller Pena, orientador, profissional dedicado, que me ajudou e me orientou de forma grata, por sua atenção e dicas.

Ao Centro de Excelência em Turismo e todo o corpo de professores, pelo acolhimento durante todo o curso.

As minhas amigas Maysa Alves, Leticia Lira, Sarah Andrades e Rafaella Paduan, presentes em todas as angustias e caminhos percorridos durante o curso.

Por fim, agradeço a toda a minha família pela atenção e companheirismo.

## RESUMO

Este presente estudo monográfico tem como principal objetivo identificar os atrativos turísticos culturais de Brasília que melhor atendem as necessidades do espaço para o turista idoso em potencial. Essa demanda é crescente e está ganhando espaço significativo no turismo, onde é possível perceber o aumento da oferta turística para esse público. Os profissionais da área estão dando mais atenção a essa demanda, mas ainda assim é possível perceber que alguns atrativos não estão adequados para proporcionar o melhor aproveitamento do espaço turístico para esse público. A pesquisa do presente trabalho foi sob uma perspectiva qualitativa. Os resultados foram obtidos através de um formulário com questões objetivas para serem preenchidos através da observação *in loco*. Com base nos resultados foi possível elaborar uma percepção crítica sobre o assunto.

**Palavras-Chave:** 1. Idoso 2. Turismo 3. Acessibilidade 4. Mobilidade

## **ABSTRACT**

This monographic study has as main objective to identify the cultural tourist attractions of Brasilia that best meet the needs of the potential elderly tourist. This demand is increasing and is gaining significant space in tourism, where it is possible to realize that the increase of the tourist offer for this public. The professionals of the area are giving more attention to this demand, but still it is possible to realize that some attractions are not adequate to provide the best use of the tourist space for this public. The research of the present work was from a qualitative perspective. The results were obtained through a form with objective questions to be filled through the observation *in loco*. Based on the results it was possible to elaborate a critical perception on the subject.

**Keywords:** 1. Elderly 2. Tourism 3. Accessibility 4. Mobility

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Lei da Oferta e da Procura

Figura 2: A Superestrutura e a infraestrutura no pensamento marxista

Figura 3: Modelo do sistema turístico

Figura 4: Os Tipos de Turismo Cultural

Figura 5: Aviso nos transportes públicos de Brasília

Figura 6: vagas preferenciais para idosos

Figura 7 e 8: Estado de conservação das calçadas

Figura 9: Piso antiderrapante no atrativo

Figura 10: Piso com carpete no atrativo

Figura 11: Elevador exclusivo

Figura 12: Rampa no atrativo turístico

Figura 13: Disponibilidade de cadeira de rodas motorizadas



## **LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS**

Quadro 1: Cronograma de visitação nos atrativos

Gráfico 1: Pirâmide Etária dos anos 2017 e 2030

## **LISTA DE SIGLAS**

ABNT - Associação Brasileira de Normas e técnicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MTUR – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

SISTUR – Sistema de Turismo

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	15
1.1 TURISMO – FENOMENO SOCIAL E DE INCLUSÃO PARA OS IDOSOS .....	15
1.2 TURISMO, CIDADE E O TURISTA IDOSO .....	17
1.2.1 DEMANDA E OFERTA TURÍSTICA.....	21
1.3 INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA.....	23
1.4 TURISMO CULTURAL.....	25
<b>2. DIREITOS DOS IDOSOS</b> .....	27
2.1 DIREITOS HUMANOS.....	27
2.2 O ESTATUTO DO IDOSO.....	29
2.3 ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	32
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	36
3.1 METODOLOGIA DE PESQUISA .....	36
3.2 ESCOLHA DOS CRITÉRIOS PARA ANÁLISE.....	38
<b>4. RESULTADOS E ANÁLISES</b> .....	40
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	47
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	49
<b>APÊNDICE</b> .....	52

## INTRODUÇÃO

A população brasileira vem envelhecendo rápida e progressivamente nos últimos anos devido a diminuição dos índices de natalidade e o aumento da expectativa de vida ao nascer. A Organização das Nações Unidas no Brasil (ONUBR) divulgou em seu site eletrônico, em 2014, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) informando que o mundo chegará a 2 bilhões de idosos em 2050. No Brasil a população de idosos pode triplicar em 40 anos chegando a 66,5 milhões, correspondendo a quase 30% da população brasileira, é o que diz o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicado em 2016<sup>1</sup>. O que torna o tema de suma importância para estudiosos, formuladores de políticas públicas e interessados na transição demográfica no país e uma de suas consequências, o envelhecimento populacional.

É possível perceber o crescente envelhecimento da população no Brasil e no Distrito Federal através do gráfico (1) a seguir:

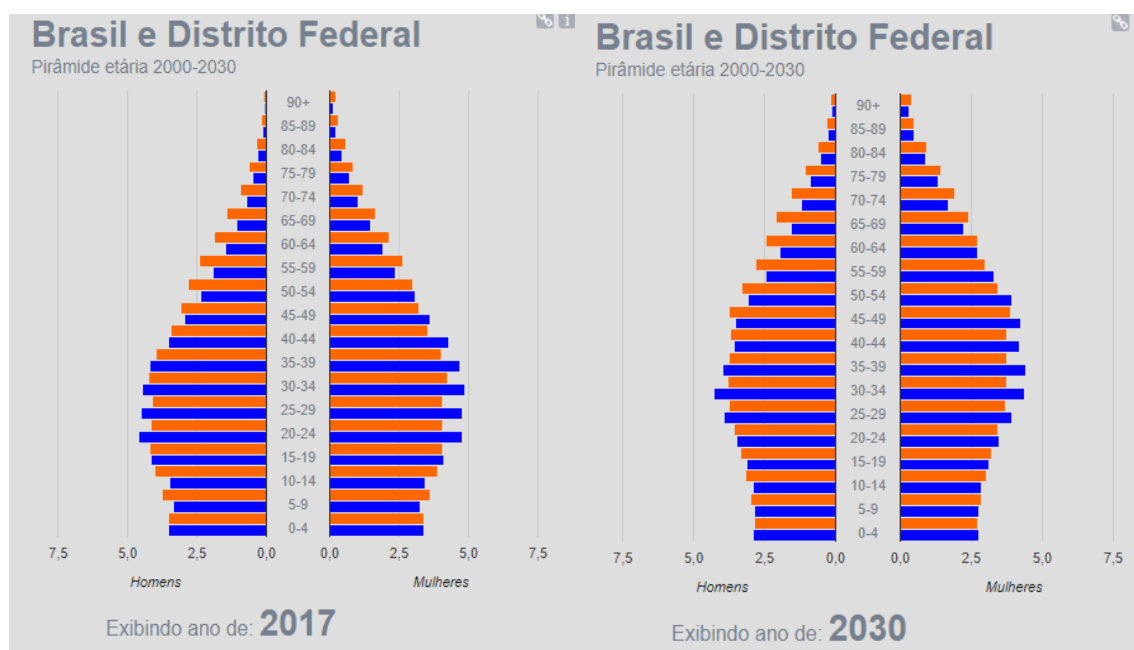


Gráfico 1: Pirâmide Etária dos anos 2017 e 2030

Fonte: IBGE

<sup>1</sup> Simões, Celso Cardoso da Silva Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população / Celso Cardoso da Silva Simões. - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98579.pdf>. Acesso: 09.08.2017.

O gráfico ilustra o envelhecimento da população: as barras de cor laranja representam uma projeção da população para o Brasil, e as barras de cor azul representam a projeção da população para o Distrito Federal. É possível perceber um aumento significativo da população idosa em apenas treze anos, tanto no Brasil como no Distrito Federal, principalmente de mulheres.

A lei brasileira número 10.741, que dispõe sobre o estatuto do idoso e da outras providencias, segue a classificação etária definida pela OMS a partir de abordagens sobre a transição da fecundidade em países em desenvolvimento. Conforme orientação em seu Artigo 1º onde "É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos". Para os países considerados desenvolvidos sobe para 65 anos de idade.

Esse crescente e acelerado aumento da população idosa se dá através da melhoria da qualidade de vida, que pode ser conceituada, de acordo com a OMS (1995, apud ALMEIDA, GUTIERREZ e MARQUES, 2012) como sendo "a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações".

Tal melhoria envolve o lazer e a recreação como demanda desse público que influi no aumento da procura pelo turismo, por destinos turísticos, roteiros especializados e novas experiências. O turismo sendo atividade de mercado que causa um efeito significativo na economia mundial e brasileira, é também um fenômeno sociocultural expressivo, que envolve o aspecto da inclusão social como fator importante para o seu crescimento, possibilitando a interação entre indivíduos. Sendo assim, aos setores públicos, privados e aos profissionais da área cabe uma atenção especial a essa demanda, existente e potencial.

É importante discutir e analisar os efeitos que causam a prática do turismo pelos idosos. Como consumidor, mas, sobretudo como cidadão presente na vida política, social, econômica e cultural da sociedade, as implicações decorrentes de uma atenção a essa demanda não trazem consequências positivas apenas para a economia do setor, mas requerem que sobre a oferta seja dada uma atenção para o atendimento das especificidades associadas ao fator etário. Assim, essa demanda

potencial está sendo cada vez mais estudada pelos profissionais da área turismo que têm o desafio de afeiçoar a oferta às necessidades dessa demanda crescente, além de proporcionar novas políticas e comercialização do setor.

O envelhecimento da população é uma realidade que repercute em vários níveis da organização social, gerando, inclusive, impactos sobre a economia do lazer e do turismo. Por outro lado, a maneira pela qual a sociedade concebe o idoso também afeta todos os setores de atividade, refletindo a forma como são oferecidos os bens de consumo para esse segmento. Assim é flagrante a necessidade de se desenvolver pesquisas sobre o tema, seja para esclarecer e instrumentalizar o mercado, seja para melhor conhecer esse público e atendê-lo de forma mais condizente. (FROMER; VIEIRA; 2003. P. 13)

Entre os aspectos essenciais para o conhecimento dos profissionais do setor de turismo está a evolução dos direitos dos idosos com o passar dos anos, e as políticas públicas que contemplam os mesmos. As preocupações das organizações estatais e das entidades privadas com a velhice tem estimulado a promoção e desenvolvendo de projetos proporcionando o acesso à cultura e lazer, bem como a atenção a questões de acessibilidade e mobilidade, entre outros.

Esse último aspecto chamou a atenção sobre como as estruturas físicas que condicionam essa oferta de bens e serviços, também para fins turísticos, estão ou não adequadas para atender as necessidades dessa demanda crescente?

Considerando ser significativo analisar se os espaços estão adequados às necessidades dessa demanda o objetivo geral dessa pesquisa é identificar os atrativos turísticos culturais de Brasília que melhor atendem as necessidades do espaço para o turista idoso em potencial, tendo como objetivos específicos:

- Elaborar uma reflexão sobre a relação entre o fenômeno do turismo e as demandas do turista idoso;
- Identificar os direitos que cercam o público idoso;
- Elaborar uma percepção crítica sobre a oferta turística em Brasília para a demanda dos idosos.

Este trabalho foi estruturado da seguinte forma: além da presente Introdução, o trabalho traz em seu primeiro capítulo o referencial teórico abordando o turismo como fenômeno social e capaz de gerar a inclusão, a relação do turismo com a cidade a partir do entendimento dos conceitos de infraestrutura e superestrutura.

Além disso, o primeiro capítulo também discorre sobre o turismo e sua relação com a demanda do público idoso. Para encerrar o capítulo é destacado o conceito de turismo cultural. O segundo capítulo identifica os direitos dos idosos, através de uma abordagem em marcos regulatórios, a partir de uma cronologia dando ênfase a algumas leis importantes que envolvem esse público. O terceiro capítulo apresenta a metodologia utilizada no presente trabalho e o quarto e último capítulo os resultados obtidos da sua aplicação, além de uma análise sobre o coletado. De forma a atender aos objetivos explicitados.

## 1. REFERENCIAL TEÓRICO

Este primeiro capítulo tem como finalidade relacionar o fenômeno social do turismo com a terceira idade, mostrando conceitos essenciais, através de revisão bibliográfica, para um melhor entendimento do fenômeno e suas correspondências com a terceira idade.

### 1.1 TURISMO – FENOMENO SOCIAL E DE INCLUSÃO PARA OS IDOSOS

O turismo é um fenômeno complexo capaz de causar impactos econômicos, ambientais e sociais significativos. Segundo Beni (1998, p.21) o “turismo pode identificar-se em três tendências para a sua definição: a econômica, a social e a holística”. Assim, é fundamental entender o turismo e seus elementos além de uma abordagem que o considere somente como atividade econômica, uma vez que como um fenômeno social permite a interação entre indivíduos e/ou grupos sociais, proporcionando uma diversidade de experiências, entre elas aquelas que os turistas idosos geralmente procuram.

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultural ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (DE LA TORRE, 1997, p.19)

A definição clássica do fenômeno, acima, denota uma abrangência ao se considerar os diferentes tipos de público e suas necessidades associadas. Portanto, o turismo requer um planejamento adequado e sua implementação regulada pelas políticas públicas para o seu melhor desenvolvimento, atendendo, de fato, as necessidades de todos e proporcionando uma maior inclusão.

Ao promover o deslocamento de pessoas para momentos em espaços distintos daquele que é habitual em seu cotidiano permite a formação do indivíduo a partir da experiência humana, ao constituir novos olhares, novos pensamentos, diferentes formas de vivência através do contato com o outro e que, apoiado objetivamente por uma relação adequada entre demanda e oferta proporcionam o bem-estar. As oportunidades de novas experiências apoiadas operacionalmente e de forma adequada ratificam o que deve ser o direito de todos, mas especialmente



dos idosos, uma vez que há o risco da vivência se transformar em uma experiência de exclusão.

Experiências de lazer e de turismo, assim, deveriam ser concebidas e vivenciadas como fenômenos socioculturais em estreita relação, com potencial de mobilizar (re)descobertas de pessoas, lugares, culturas, naturezas e vivências lúdicas, em um contínuo e significativo processo de reflexão, conhecimento, partilha e transformação. Vistos por este ângulo, lazer e turismo assumem um papel fundamental no pleno exercício da cidadania, devendo integrar a vida cotidiana de todas as pessoas, inclusive das pessoas idosas. (GOMES; PINHEIRO; LACERDA, 2010, p.10)

A possibilidade de uma convergência entre as expectativas e o real atendimento das necessidades do público idoso turista é grande considerando-se as mudanças que ocorrem no mundo muito rápido e progressivamente para a melhoria do bem-estar humano. Essas mudanças podem ser sociais, políticas, econômicas, tecnológicas, entre outras. Pensar nessas mudanças incluindo todos da sociedade pode ser uma tarefa difícil, porém necessária para que todos tenham direitos sociais que asseguram uma melhor qualidade de vida.

Ao pensarmos em inclusão, destaca-se o papel das políticas públicas e a série de planejamentos e processos que envolvem relativos ao bem público visando o bem-estar da sociedade como um todo. A sua definição coloca um importante peso sobre o papel do estado na garantia dos direitos de cidadania.

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. (BELINOVSKI, 2013, p. 12)

Por outro lado, é importante o entendimento de que a inclusão social não se dá apenas pelas garantias formais legais, e sim, principalmente pelas relações sociais e convívio das comunidades considerando suas diferenças.

Colocados na ótica da sociedade, os direitos não dizem respeito apenas às garantias formais inscritas nas leis e instituições. Não se trata, longe disso, de negar a importância da ordem legal e da armadura institucional garantidora da cidadania e da democracia. A questão é outra. O que se está aqui propondo é pensar os direitos em um outro registro. Pois, pelo ângulo da dinâmica societária, os direitos dizem respeito, antes de mais nada, ao modo como as relações sociais se estruturam. (TELLES, 2006, P.138)

A dinâmica das relações sociais que envolvem, por exemplo, o ritmo de preparação de uma situação objetiva para atendimento das necessidades de um

turista idoso é distinto daquela de qualquer outro público, pelo modo mais cuidadoso e atencioso que requer. É importante destacar o papel fundamental que a sociedade, assim como os órgãos que garantem as formas legais, que regulam a oferta de serviços relacionados ao turismo, bem como o setor privado que a oferta, possuem em assegurar o sucesso do turismo como fenômeno social e proporcionador de inclusão. É a soma desses dois fatores que garante, na perspectiva desse trabalho com o foco nos idosos, um melhor entendimento para um maior aproveitamento de suas experiências com o turismo.

## 1.2 TURISMO, CIDADE E O TURISTA IDOSO

O turismo urbano representa grande parcela dos fluxos turísticos mundiais. As cidades se destacam como polos receptores de turismo ao redor do mundo por concentrarem os equipamentos necessários para o desenvolvimento do turismo, como: hospedagem, vias e transporte urbano, alimentação, infraestrutura de saneamento, entre outros. Além de concentrar esses equipamentos, associados aos serviços que prestam, as cidades acabam por ser atrativas por tudo aquilo que elas representam para a sociedade em relação a construção histórica, sua cultura, costumes, e outros aspectos que expressam a sua singularidade, não importando que ela seja de maior ou menor dimensão física, mas sim os efeitos que exercem sobre o turista e suas motivações que podem ser infinitas, considerando o que a cidade tem a oferecer.

As cidades e os espaços públicos podem concentrar uma grande diversidade de gêneros, pensamentos, opiniões, o que acaba por se tornar um grande espaço de debate sobre a urbanização. Não é intenção empreender uma discussão aprofundada sobre o urbanismo, mas o que se deseja destacar aqui é que o olhar sobre as cidades é um importante fator para entendermos bem a relação da oferta de infraestrutura urbana com o fenômeno social do turismo.

As formas de pensar e organizar o espaço urbano podem impactar positivamente ou negativamente o turista, seja na implementação de novas políticas públicas, nas modificações das vias, na alteração de leis, no transporte público, entre outros fatores. Henriques (2003, p.163) afirma que as “relações entre

urbanização e turismo não se reduzem, porém a isto: a urbanização gera turismo, mas o turismo induz também a urbanização”.

Nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) se encontra uma agenda mundial tratada na Cúpula das Nações Unidas, em setembro de 2015, que lista 17 objetivos e 169 metas, muitos deles se referem a diferentes aspectos da urbanização nas cidades. Propõem atuação na erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, com padrões sustentáveis de produção e de consumo, na mudança do clima, na criação de cidades sustentáveis, na proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros. Esses objetivos devem ser cumpridos até 2030 e essas variáveis servem como parâmetros para o desenvolvimento da cidade, e, conseqüentemente, do turismo.

Se tais mudanças são almejadas como elementos comuns necessários para o bem-estar da humanidade, ainda que a Agenda tome como referência as necessidades de uma sociedade mundial, podem gerar conseqüências significativas para as especificidades das cidades brasileiras, suas dinâmicas incluindo o turismo. Cabe aqui salientar que as mudanças que estão ocorrendo, e que vão ocorrer a partir das orientações dos ODS nos servem como referência considerando sua importância também para o público idoso e em aspectos relacionados à oferta de serviços que servem à prática do turismo.

Entre os ODS que citam os idosos, o objetivo três (3) das estratégias trata sobre o bem-estar e saúde da população. Já o objetivo onze (11) trata sobre Cidades e Comunidades sustentáveis. Dentro desses objetivos são destacadas metas de prevenção como também a importância da mobilidade urbana, reforçando o direito ao indivíduo em exercer a cidadania, portanto:

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. [...].

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. [...].

11.2 até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de

vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos. (Estratégias ODS, 2015)

Ao pensar na relação cidade e turismo, segundo Cruz (2001 apud OLIVEIRA e VITTE, 2015, p.5) indica, podem ocorrer três tipos de urbanização: a urbanização precedente ao aparecimento do turismo, a concomitante ou a posterior a este. A urbanização precedente ao turismo é aquela que mais caracteriza destinos que dos seus usos habituais incorporaram o uso turístico. A categoria território usado (STEINBERGER, 2009, p. 29) permite compreender que na análise de algumas atividades, entre as quais o turismo, já havia usos consolidados, por exemplo, das infraestruturas que servem aos núcleos urbanos. Incorporados naturalmente quando acontece a chamada urbanização turística do lugar. A urbanização concomitante acontece ao mesmo tempo da urbanização turística do lugar, no sentido da sua construção permanente. E a urbanização posterior ocorre depois da incorporação do lugar pelo turismo, considerando que os usos constantes daquele lugar para a prática turística impõem a necessidade de uma infraestrutura urbana mais adequada para aquela localidade.

Assim como as mudanças no espaço podem trazer consequências significativas para o turismo, o turismo pode incorporar ao espaço equipamentos de lazer, infraestrutura, alimentação, serviços, entre outros, que propiciam o desenvolvimento da cidade e da atividade turística.

As conquistas relativas às questões que envolvem a terceira idade, que antes permaneciam mais no âmbito privado e da família, vem se tornando de um conhecimento público cada vez maior com o passar dos anos, sendo possível perceber a grandeza e o reconhecimento dessa parcela da população como presentes ativamente na sociedade. Importância atribuída também pelo setor de turismo e que reforça seu valor para a dinâmica das relações sociais que envolvem o fenômeno.

O olhar de que os idosos estão em "fase debilitada" já não existe praticamente, os profissionais de turismo passaram a enxergar os idosos como um consumidor atraente, pois, geralmente possuem bastante tempo livre e estão cada vez mais a procura da melhor maneira de consumir esse tempo, procurando novas formas de experiências, diversão, conhecimentos e sair da rotina. Com isso, o olhar para esse tipo de demanda dos profissionais de turismo está crescendo unido ao

crescimento da população idosa, oferecendo uma maior oferta com opções que atendam a esse tipo de público.

Pensando nesse aumento da oferta, órgãos oficiais, como o Ministério do Turismo, estão dando mais atenção para essa demanda.

O Plano Nacional de Turismo (PNT / 2013-2016), por exemplo, é um conjunto de orientações dadas pelo Ministério do Turismo para a melhoria e desenvolvimento da atividade turística no Brasil. O Plano estabelece as orientações para 4 anos abordando: diagnóstico, diretrizes, visão do futuro, objetivos, metas e ações para alcançar um futuro próximo desejado. O PNT / 2013-2016 contém uma mensagem do Ministro do Turismo afirmando o interesse cada vez maior na população idosa que deseja viajar. Uma das ações do Plano era a estruturação dos segmentos turísticos, priorizando o apoio a estudos e pesquisas sobre a oferta e a demanda dos idosos. Outra ação pretendia promover o aumento de viagens e a inserção de grupos (idosos estão incluídos) por meio de programas e projetos específicos.

Um dos programas que integra o Plano Nacional de Turismo 2013-2016 é o Programa Viaja Mais Melhor Idade que visa facilitar a inclusão dos idosos por meio de descontos e atendimento especializado, facilitando o uso da atividade turística. O Ministério pensou nesse programa para fortalecer o turismo interno e sua mobilização máxima, já que os idosos têm uma facilidade maior em viajar nos períodos de baixa estação. Apesar da criação do Programa ser bem-sucedida, o mesmo foi revogado em 2016. O Programa tinha como objetivos:

- Promover a inclusão social de pessoas com mais de 60 anos, de aposentados e de pensionistas, proporcionando-lhes oportunidades de viajar e de usufruir os benefícios da atividade turística, como forma de fortalecimento do setor no Brasil.
- Fortalecer o mercado interno, dinamizando a cadeia de distribuição do turismo e proporcionando maior estabilidade ao setor de serviços.
- Estimular a atividade turística, principalmente em períodos de baixa ocupação, como mecanismo de aumento da competitividade dos destinos nacionais e redução dos efeitos da sazonalidade.
- Proporcionar ao público-alvo maior conhecimento do país, de sua natureza, sua cultura e sua gente, incentivando o hábito da viagem.
- Fomentar as viagens internas por meio de mecanismos que viabilizem a oferta de produtos de qualidade e acessíveis a idosos, aposentados e pensionistas.
- Estimular o desenvolvimento de um mercado turístico segmentado para o público idoso, que permita uma relação real entre a qualidade e o preço dos serviços turísticos nacionais.

- Estimular o aprimoramento e a diversificação dos produtos turísticos já comercializados para o público idoso.
- Fortalecer o desenvolvimento econômico das pequenas e médias empresas, que compõem a maior parte da atividade turística nacional. (BRASIL, Mtur, 2015)

Visando o aumento de interesse das pessoas idosas em viajar, o Ministério do Turismo criou também uma cartilha de dicas para atender bem o turista idoso. A cartilha contém dados sobre a população idosa, terminologia, mitos e as dicas. As dicas passam por questões de acessibilidade, de como se comunicar, o que deve ser oferecido nos empreendimentos e atrativos turísticos, do transporte, do cuidado ao montar pacotes turísticos para esse público, e do material promocional.

Ao pensarmos na oferta turística para a terceira idade podemos perceber um aumento significativo das iniciativas públicas, mas também do setor privado como as agências de turismo, preocupadas com essa demanda, e, com isso, inovando em produtos como descontos especiais, pacotes e roteiros especializados para melhor atendê-los.

### 1.2.1 DEMANDA E OFERTA TURÍSTICA

A oferta turística está associada a quantidade de produtos, serviços e equipamentos que está disponível no mercado para a compra. O Ministério do Turismo (Mtur) (2007,p.65) define oferta turística como “conjunto de atrativos turísticos, serviços e equipamentos e toda infraestrutura de apoio ao turismo de um determinado destino turístico, utilizados em atividades designadas turísticas”

Os componentes da oferta turística podem ser os atrativos turísticos, equipamentos turísticos, serviços turísticos, infraestrutura de apoio ao turista, superestrutura turística, entre outros que proporcionam o melhor desenvolvimento da atividade turística.

A demanda é o resultado de um consumo sobre a oferta, está também associada à "lei de oferta e procura" (Figura 1) e de acordo com Cooper, Fletcher, Wanhill, Gilbert e Shepherd (2003) é possível identificar três componentes básicos que formam a demanda turística total:

1. A demanda real ou efetiva é o número real de participantes do turismo ou aqueles que estão viajando, ou seja, o turista de fato;
2. Demanda reprimida é formada por aquela parcela da população que não viaja por alguma razão. Essas razões podem ser: ainda não viajaram e viajaram em uma data futura, tendo assim a demanda potencial; algum motivo de força maior impediu a viagem, como questões meteorológicas, atividades terroristas, entre outros, formando assim a demanda protelada;
3. Sem-demanda são aqueles que não desejam viajar.

A segmentação de demanda agrupa os consumidores em categorias específicas com características homogêneas.

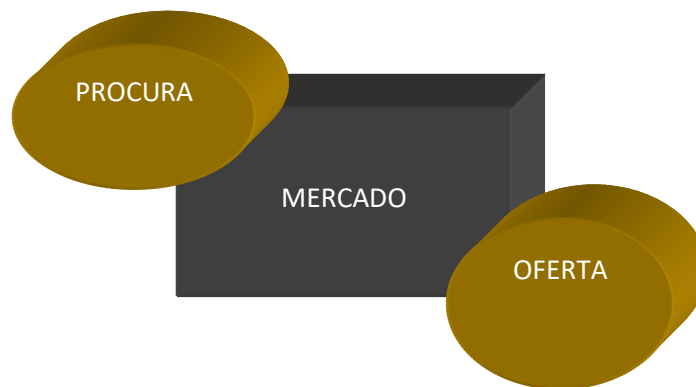


Figura 1: Lei da oferta e da Procura

Fonte: Elaborado pela autora

Para existir oferta e procura é necessário um produto, segundo Kotler; Keller (2006, apud, BRASIL, Mtur, 2010) “Produto pode ser definido como tudo que pode ser oferecido a um mercado para satisfazer uma necessidade ou desejo dos consumidores.” É importante lembrar que procura é diferente de demanda. A procura reflete no que se deseja consumir, é a quantidade de bens e serviços que os consumidores estão dispostos a pagar, diferentemente da demanda, que só existe quando já tiver tido o consumo, e que por isso, existem vários fatores que afetam a demanda, como por exemplo o preço, renda, preferências, motivações, entre outros. A oferta reflete nos bens e serviços que os vendedores colocam no mercado. No contexto do presente trabalho os conceitos de oferta e demanda são importantes para perceber a sua relação com o turista idoso.

A demanda da terceira idade está aumentando com o passar dos anos, se tornando cada vez mais uma demanda de grande potencial, com isso a oferta para

atingir e proporcionar uma melhor experiência para esse tipo de público está aumentando conforme o crescimento da demanda aumenta.

### 1.3 INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA

Os conceitos de infraestrutura e superestrutura variam segundo sua complexidade. A infraestrutura é diferente para a engenharia, para a economia, para a urbanização, cada qual com o seu conceito. Independente dos diferentes conceitos, nas diferentes áreas, a infraestrutura é tomada aqui como a base material de algo para um bem comum maior, e a base também para a superestrutura.

Para a teoria Marxista a infraestrutura é a base para a sociedade, são as forças produtivas (meios materiais de produção) e a superestrutura são meios não materiais e são as esferas jurídicas, religiosas e políticas, tendo uma instituição responsável pela formação das ideias e conceitos da sociedade. É possível observar esse pensamento na Figura 2 a seguir:

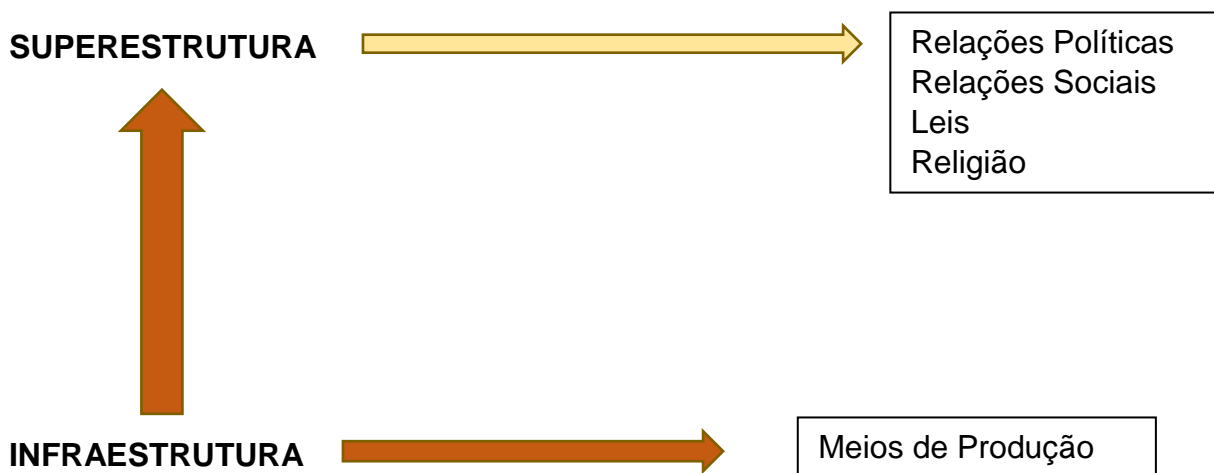


Figura 2: A Superestrutura e a infraestrutura no pensamento marxista

Fonte: Elaborado pela autora

Em esquema semelhante, Beni (2001) evidencia a relação entre super e infraestrutura a partir do modelo do Sistema de Turismo. Para o autor, no Conjunto da Organização Estrutural a Superestrutura diz respeito ao *ordenamento jurídico-administrativo* e a Infraestrutura aos *serviços urbanos, saneamento básico, sistemas viário e de transportes* (Figura 3).



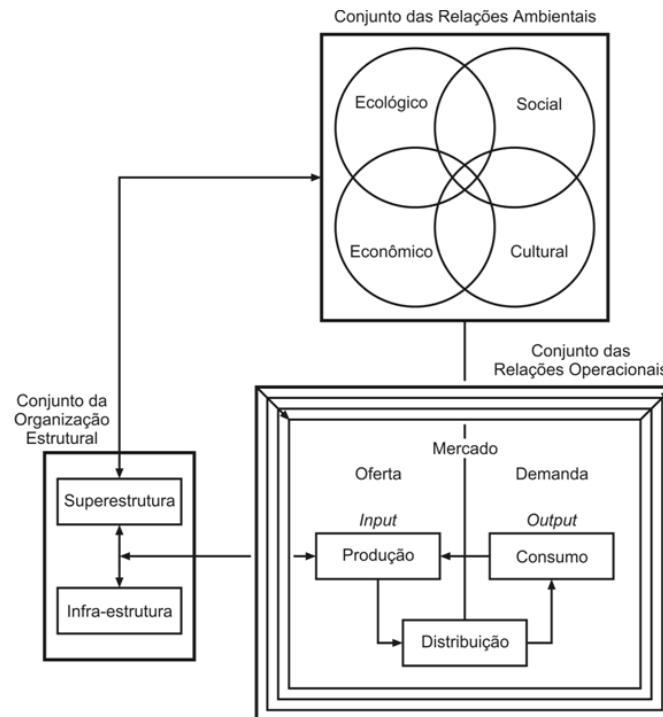


Figura 3: Modelo do sistema turístico  
Fonte: Beni (2001)

O **SISTUR** (Sistema Turístico) indica que seu progresso acontece em razão de uma série de variáveis. Ao pensarmos em infraestrutura turística, pensamos em condições mínimas que proporcionam a realização da atividade turística e ao mesmo tempo dos residentes. A infraestrutura urbana, de condições básicas para a sociedade, como estradas; pontes; viadutos; elevados; sinalização rodoviária; estradas de ferro; rodoviárias; aeroportos, telefonia fixa e móvel; TV a cabo e internet; coleta e tratamento de esgotos; água tratada e encanada; energia elétrica e iluminação em lugares públicos; limpeza de logradouros públicos e transporte urbano, entre outros.

A construção motivada pelo interesse turístico pode ser chamada de uma infraestrutura específica como: obras e instalações que criam condições para o desenvolvimento de uma unidade turística (sistema de transportes; de comunicações; serviços urbanos: água, luz, esgoto, limpeza pública); sinalização turística, placas; guias, informações; entre outros, são exemplos de infraestrutura turística. Devem estar disponíveis para atender a solicitação de equipamentos e instalações de recreação e entretenimento, como os atrativos culturais. Em geral o

investimento em infraestrutura é responsabilidade dos governos e deve ser debatido amplamente.

Se a superestrutura está relacionada ao *ordenamento jurídico-administrativo* destaca-se a importância das políticas que por meio dos programas e projetos direcionam a administração do poder público, na forma de Estado (instituições permanentes que facilitam ação dos governos). A visão, objetivos globais, prioridades e intenções de desenvolvimento expressos nas políticas são concebidas e controladas pelas leis para regulação das suas atividades.

A superestrutura tratada nesse trabalho será caracterizada especialmente pela atuação da sociedade e do Estado a partir dos marcos regulatórios onde figuram os direitos dos idosos, em relação à oferta das infraestruturas para entendermos suas necessidades e suas aplicabilidades para o turismo, serão apresentadas no próximo capítulo.

#### 1.4 TURISMO CULTURAL

O turismo cultural é muito mais do que uma atividade que gera valor econômico em uma determinada localidade. Esse tipo de turismo permite contatos de diferentes grupos e classe sociais que estão em busca de ampliar seus conhecimentos através do contato com a cultura, que geralmente é desconhecida pelo turista.

A cultura envolve diversas formas do homem pensar, agir, suas relações, suas crenças, entre outros, tornando a cultura um tema bastante complexo. O Ministério do Turismo (MTur) conceitua Turismo Cultural compreendendo "as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura" (BRASIL- Ministério do Turismo, 2006).

Os tipos de turismo cultural (Figura 4), de acordo com o MTur são: turismo cívico, turismo religioso, turismo místico e esotérico, turismo étnico, turismo cinematográfico, turismo arqueológico, turismo gastronômico, enoturismo e turismo ferroviário.

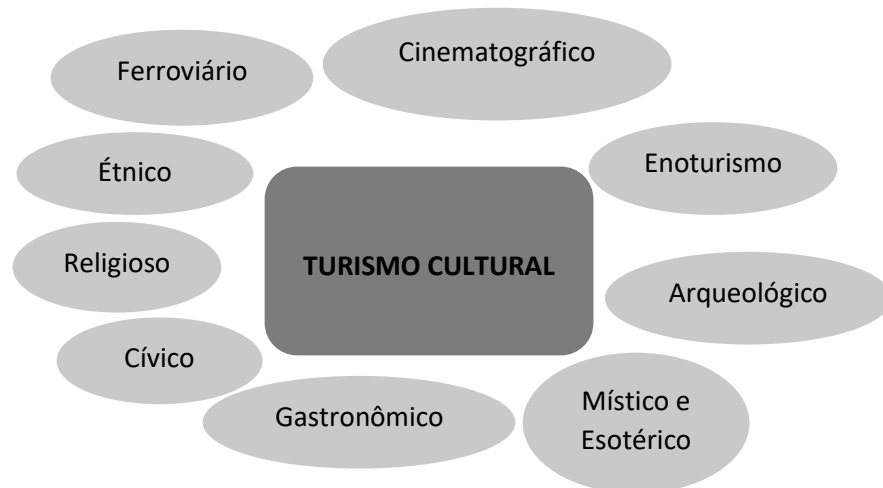


Figura 4: Os Tipos de Turismo Cultural

Fonte: Elaborado pela autora

Há diversas formas de expressar a cultura, que vão de acordo com as motivações e interesses específicos gerando uma demanda existente. Os tipos de turismo apresentados acima são caracterizados como turismo cultural por manifestar a cultura valorizando seus bens materiais e imateriais. A cultura é abrangente e permite a interação e infinitas possibilidades de contato com lugares e pessoas fora do convívio social e de diferentes realidades. Sua abrangência e seus tipos faz-se necessário para o melhor entendimento de a complexidade que os cerca.

## 2 DIREITOS DOS IDOSOS

Esse capítulo teve por finalidade elaborar uma cronologia sobre o direito dos idosos, listando-os a partir dos conteúdos abordados em instrumentos reguladores (leis; decretos; portarias, entre outros). Assunto essencial para a disseminação de informações importantes que podem servir aos gestores de turismo visto as orientações que possuem, em especial para a oferta de equipamentos turísticos.

### 2.1 DIREITOS HUMANOS

Os direitos dos idosos são direitos humanos acima de tudo (PANALETE, 2006 apud GOMES, PINHEIRO e LACERDA, 2010), e que nas suas premissas básicas definem:

- Universais: para todos e todas, sem exceção;
- Interdependentes: todos estão articulados, um implicando e sendo consequência do outro. Não são hierarquizados;
- Não prescrevem e são irreversíveis: não perdem a validade, são direitos dos indivíduos por toda sua existência;
- Intransferíveis: não podem ser renunciados ou transferidos (ao contrário, por exemplo, do que pode ocorrer com o direito à propriedade);
- Invioláveis: devem ser respeitados pelos indivíduos e pelos governos. Não se pode atentar contra eles ou destruí-los;
- Transcendem fronteiras nacionais: a comunidade internacional deve zelar por esses direitos, podendo interferir quando se considera que algum país tenha ferido algum deles.

A ONUBR<sup>2</sup>, em seu site eletrônico, define direitos humanos como “Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.”

---

<sup>2</sup> Direitos Humanos, ONUBR, Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>

Os direitos humanos garantem a qualquer cidadão, sem distinção de qualquer condição, o direito a liberdade, a vida, a expressão, a inclusão, ao acesso, entre outros aspectos. Cabe ao governo assegurar determinados direitos para a população. Esses direitos são garantidos através das leis e existem algumas que são importantes destacar para o melhor entendimento dos direitos dos idosos.

A Política Nacional do Idoso, Lei Nº8.842 de 4 de janeiro de 1994 cria o Conselho Nacional do Idoso a foi a primeira política voltada para o grupo dos idosos. A política Nacional se resume em 22 artigos, com vários deles já vetados, que asseguram os direitos dos idosos dando a oportunidade de integração e inclusão.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1998 é um dos marcos jurídicos mais importantes, que retrata os direitos coletivos da população brasileira. A Constituição continuou o debate sobre políticas para idosos, assegurando em alguns artigos, seus direitos de assistência social, acesso ao transporte, entre outros.

A lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, depois da Constituição Federal, continuou a discussão sobre critérios básicos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A lei é curta mas é importante destacar alguns artigos que diz respeito a questão de acessibilidade e mobilidade urbana, são eles:

#### CAPÍTULO II - DOS ELEMENTOS DA URBANIZAÇÃO

Art. 3º O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para todas as pessoas, inclusive para aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

[...]

#### CAPÍTULO IV - DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS OU DE USO COLETIVO

Art. 12. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

Art. 12-A. Os centros comerciais e os estabelecimentos congêneres devem fornecer carros e cadeiras de rodas, motorizados ou não, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL,2000).

O Estatuto da Cidade é dado pela lei de Nº 10.257 de 10 de Julho de 2001. O Estatuto se resume a 58 artigos, regulamenta dois artigos da Constituição Federal

(182 e 183) e legisla sobre a política urbana. O artigo 41 desse Estatuto contesta o direito de rotas acessíveis para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida:

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

- I – com mais de vinte mil habitantes;
- II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;
- IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.
- VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

[...]

§ 3º As cidades de que trata o **caput** deste artigo devem elaborar plano de rotas acessíveis, compatível com o plano diretor no qual está inserido, que disponha sobre os passeios públicos a serem implantados ou reformados pelo poder público, com vistas a garantir acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a todas as rotas e vias existentes, inclusive as que concentrem os focos geradores de maior circulação de pedestres, como os órgãos públicos e os locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos, bancos, entre outros, sempre que possível de maneira integrada com os sistemas de transporte coletivo de passageiros. (BRASIL,2001)

## 2.2 O ESTATUTO DO IDOSO

O estatuto do idoso é a lei de número 10.741 de 1º de Outubro de 2003 é a principal lei que garante os direitos do idoso. É uma política pública de grande importância que marcou o avanço na questão social relacionada ao idoso. O estatuto apresenta 118 artigos que se resumem em direitos fundamentais como: a vida, a saúde, a alimentos, profissão, trabalho, previdência social, educação, cultura, esporte, lazer, transporte, habitação, proteção, entre outros, que objetivam em uma melhor qualidade de vida e aproveitamento social, garantindo a inclusão.

TITULO I – Disposições preliminares:

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu

aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL,2003)

Aqui serão apresentados os direitos previstos pelo Estatuto do Idoso em relação a: cultura, lazer, esporte e transporte, correspondentes aos capítulos V e X do Estatuto. Questões que são importantes para alcançar os objetivos desse trabalho, como também para que os profissionais de turismo possam entender melhor os direitos dessa demanda potencial e o que pode influenciar nos equipamentos turísticos.

A cultura e o lazer além de gerar valor econômico em determinado local são de extrema importância para o fenômeno sociocultural do turismo. A educação, cultura, esporte e lazer podem trazer inclusão social para os idosos, que estão buscando novos formatos de experiência. O esporte, por exemplo, além de proporcionar a inclusão, possibilita a melhoria da saúde e qualidade de vida.

Ao pensarmos em lazer, associamos a palavra a tempo livre e escolhas que satisfazem os interesses pessoais do indivíduo para sair da rotina. Lazer pode ser conceituado como:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1976, p.94)

Pensar em cultura é bastante complexo. Ela pode ser um conjunto de fazeres e deveres de uma determinada sociedade, modos de vida, como aqueles presentes na manifestação de uma religião, portanto, costumes, crenças, reguladas ou não por leis. Suas representações como a linguagem, arte, teatro, dança são apreciados pela sociedade, reforçam suas identidades e auxiliam na compreensão do comportamento de uma civilização. Nesse sentido, é direito de cada cidadão ter acesso a cultura , respeitando-se as suas diferenças.

Os artigos que dizem respeito a cultura, educação, esporte e lazer devem ser de conhecimento dos gestores de turismo, e expressos no Estatuto do Idoso são:

## CAPÍTULO V - Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

[...]

§ 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento. (BRASIL, 2003)

O Estatuto do Idoso ressalta também que o transporte é um componente fundamental para o seu desenvolvimento potencial. Assim, transportar pessoas idosas na prática turística é uma ação que deve observar especificidades, assim como essas devem existir, por exemplo, no próprio atrativo turístico como também a própria hospedagem do turista. É importante que todos tenham acesso de qualidade a esses meios. O Estatuto estabelece alguns artigos relacionados ao direito do transporte:

## CAPÍTULO X - Do Transporte:

Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

§ 1º Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

§ 2º Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos.

§ 3º No caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para exercício da gratuidade nos meios de transporte previstos no **caput** deste artigo.

Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica:

I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos;

II – desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.



Parágrafo único. Caberá aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II.

Art. 41. É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

Art. 42. São asseguradas a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos do sistema de transporte coletivo. (BRASIL,2003)

Em Brasília, todos os assentos dos ônibus coletivos e metro (Figura 5) agora são prioritários (idosos, grávidas, pessoas com criança de colo, pessoas com deficiência, pessoas com mobilidade reduzida). Isso quer dizer que, por lei (Lei nº 5.984 - 2017), o passageiro deverá se levantar para dar lugar ao que precisa, não importa qual assento esteja sentado.

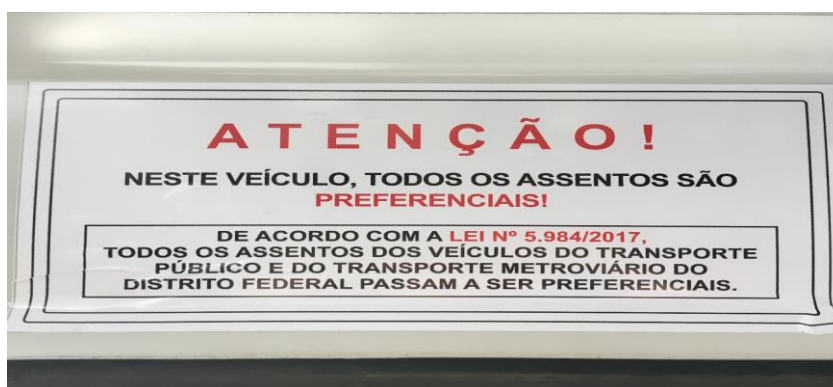


Figura 5: Aviso nos transportes públicos de Brasília

Fonte: Ana Paula Valadares

Esse tipo de mudança no transporte da cidade pode interferir diretamente no turismo, uma vez que o transporte público é um importante meio de locomoção para a população e para os turistas. Essa lei assegura uma maior comodidade para o público prioritário.

## 2.3 ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O estatuto da pessoa com deficiência é dado pela lei de Nº 13.147, de 6 de Julho de 2015 e foi mais um passo dado em relação a discussão sobre inclusão. A lei garante os direitos de pessoas com deficiência e também mobilidade reduzida

(onde se encaixam os idosos). Além de garantir questões como acessibilidade, a lei atesta sobre questões de igualdade, atendimentos prioritários, saúde, educação, entre outros aspectos que são de direito a todos. Os artigos a seguir abrangem as pessoas com mobilidade reduzida, que norteia este trabalho.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

[...]

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

[...]

IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;

Além dos direitos certificados no Estatuto do Idoso, é importante ter o conhecimento dos direitos que atendem a esse público no Estatuto da Pessoa com Deficiência sobre questões de acesso a cultura, esporte e lazer.

#### CAPÍTULO IX - DO DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE, AO TURISMO E AO LAZER

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

I - a bens culturais em formato acessível;

II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e

III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.

Art. 44. Nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares, serão reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, observado o disposto em regulamento.

[...]

§ 3º Os espaços e assentos a que se refere este artigo devem situar-se em locais que garantam a acomodação de, no mínimo, 1 (um) acompanhante da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, resguardado o direito de se acomodar proximoamente a grupo familiar e comunitário.

§ 4º Nos locais referidos no **caput** deste artigo, deve haver, obrigatoriamente, rotas de fuga e saídas de emergência acessíveis, conforme padrões das normas de acessibilidade, a fim de permitir a saída segura da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em caso de emergência.

[...]

## CAPÍTULO X - DO DIREITO AO TRANSPORTE E À MOBILIDADE

Art. 46. O direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de identificação e de eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso.

[...]

## TÍTULO III - DA ACESSIBILIDADE

### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. (BRASIL, 2015)

Percebe-se, a partir do exposto acima, uma dimensão de entendimento positiva quanto às garantias ao público idoso, no sentido de afirmar que nos dispositivos legais encontramos as orientações necessárias para que a atenção seja considerada em diferentes instancias de oferta de serviços aos mesmos, inclusive no turismo.

Ainda que, num sentido negativo, exista a falta de fiscalização que prejudica o controle sobre a oferta de tais serviços, o país possui um marco regulatório que permite aos gestores públicos e privados materializar nas infraestruturas para o turismo as orientações da superestrutura, conforme expressas nos documentos legais que devem servir para a formulação de ações programáticas de investimento e desenvolvimento, bem como os projetos que produzam os melhores resultados a partir de ações concretas.

### 3. METODOLOGIA

Esse capítulo discorre sobre a metodologia de pesquisa utilizada na elaboração desse trabalho de conclusão do curso de graduação, com o delineamento dos critérios de observação escolhidos para o instrumento de coleta de informações visando as visitas de campo.

#### 3.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa é uma forma de aproximar um entendimento a uma realidade a fim de investigar e entender melhor aquilo que está será tratado como objeto de pesquisa. Os objetivos desse trabalho requereram uma pesquisa bibliográfica e documental, uma abordagem qualitativa e também quantitativa.

A pesquisa bibliográfica se deu através de levantamentos de dados e conceitos de livros, artigos e dissertações para aproximar a área do conhecimento turismo com a demanda potencial crescente dos idosos. Além disso, foram levantadas informações de documentos de órgãos oficiais como leis, cartilhas, orientações, estudos, planos, caracterizando a pesquisa documental, relacionados ao tema de investigação proposto neste trabalho, para entender as necessidades dessa demanda.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa documental, diferentemente da bibliográfica:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Para atingir os objetivos deste trabalho também foi feita uma pesquisa utilizando um formulário (Apêndice) com questões pontuais para verificar os critérios estabelecidos, principalmente de acessibilidade. Os formulários foram preenchidos em saídas de campo feitas nos atrativos turísticos escolhidos (quadro 1), através de observações *in loco*. As saídas foram feitas a partir do dia 6 de novembro de 2017 e foram até o dia 15 de novembro de 2017 conforme mostra a tabela a seguir:

ATRATIVOS	06/ 11	07/ 11	08/ 11	10/ 11	11/ 11	12/ 11	14/ 11	15/ 11
CONGRESSO NACIONAL				X				
MEMORIAL DOS POVOS INDIGENAS			X					
MUSEU NACIONAL			X					
CINE BRASÍLIA		X						
SANTUÁRIO DOM BOSCO		X						
MUSEU VIVO DA MEMORIA CANDANGA	X							
MEMORIAL JK					X			
TEMPLO DA BOA VONTADE								X
MUSEUS DO CATETINHO						X		
PLANETÁRIO							X	

Quadro 1: Cronograma de visitação nos atrativos

Fonte: Elaborado pela autora

A elaboração do formulário e as visitas de campo permitiram uma abordagem qualitativa levando em conta que em todos os atrativos visitados foi possível ter contato direto com o público idoso, o que proporcionou conversas para entender o pensamento dessas pessoas ao visitar determinado atrativo turístico. Além disso, tive a companhia de dois idosos (progenitores) nas visitas para auxiliar com a sua visão sobre a oferta dos critérios estabelecidos. De acordo com documento que orienta Métodos de Pesquisa elaborada pela Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2009) “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” (p.32).

Para atingir o objetivo geral desse trabalho a escolha dos atrativos para a observação em campo se deu pelo site do Observatório do Turismo do Distrito Federal. Foram selecionados atrativos classificados como culturais e que a maioria são ofertados, principalmente, na zona central da Capital, por se entender que sua

centralidade e fluxo de frequência tendem a que estejam mais bem preparados para atender ao turista idoso, assim totalizando dez atrativos.

### 3.2 ESCOLHA DOS CRITÉRIOS PARA ANÁLISE

Os critérios para análise utilizados nesse trabalho para atingirmos os objetivos propostos se deu em um levantamento de dados e elaboração de uma Cartilha feita pelo Ministério do Turismo de **DICAS PARA ATENDER BEM TURISTAS IDOSOS**<sup>3</sup> (BRASIL, MTUR, 2016). Nessa cartilha são propostas algumas questões importantes para os empreendimentos turísticos receberem melhor a demanda dos idosos para o que o aproveitamento seja satisfatório.

Questões de acessibilidade são mais tratadas nessa cartilha e foi o principal critério utilizado como base na observação feita em campo, pois pessoas idosas podem apresentar algum tipo de dificuldade de locomoção. A acessibilidade é um direito de todos e garante melhor qualidade de vida para a população e deve estar presente em todos os espaços de circulação de pessoas, e também nos empreendimentos turísticos, proporcionando o melhor aproveitamento e inclusão dessa demanda potencial em grande crescimento.

O formulário foi elaborado (Apêndice) e nele constam questões que mesmo sendo consideradas básicas fazem a diferença para que os idosos tenham o aproveitamento satisfatório dos espaços turísticos em suas visitas. São elas:

- Sinalização de identificação interna e externa: importante para qualquer turista para melhor entendimento do que está sendo observado e identificação de elementos do ambiente;
- Pisos antiderrapantes ou carpetes: como a demanda geralmente tem mobilidade reduzida é necessário esse tipo de pisos para evitar acidentes;
- Escadas com corrimão: proporciona um melhor apoio do turista idoso;
- Rampas: necessário para idoso que por ventura não conseguem subir escadas;

---

<sup>3</sup> BRASIL, Ministério do Turismo. Discas para atender bem turistas idosos. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/images/pdf/27\\_09\\_2016\\_cartilha\\_idoso.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/27_09_2016_cartilha_idoso.pdf)

- Elevadores: é uma outra alternativa já que existem atrativos que não possuem rampas;
- Sanitários acessíveis, com barras de apoio nas portas e perto dos vasos sanitários, que auxiliam e proporcionam apoios necessários;
- Estado de conservação das calçadas em volta do atrativo: devem ser planos e bem nivelados para evitar qualquer tipo de acidente;
- Vagas preferenciais para idosos: as vagas são previstas por lei de acordo com o número total de vagas;
- Disponibilidade de cadeiras de rodas, motorizadas ou não: se por algum motivo o idoso se sentir cansado, pode existir essa opção para a mobilidade dos mesmos.



#### 4. RESULTADOS E ANÁLISES

Este capítulo apresenta através de gráficos os resultados coletados na visita em campo, seguidos das análises acerca desses resultados.

O formulário apresentava questões objetivas que foram preenchidas de acordo com as observações feitas nos locais de análise já identificados no capítulo anterior. As primeiras observações foram feitas na área externa dos atrativos turísticos e como resultados obteve-se:

- No que diz respeito as vagas preferencias para idosos nos estacionamentos os resultados mostram que existem vagas preferenciais para idosos em 5 dos 10 atrativos visitados. Todavia mesmo contendo vagas para idosos, não está de acordo com a lei que afirma ser necessário 5% das vagas totais reservadas para idosos.



Figura 6: vagas preferenciais para idosos

Fonte: Ana Paula Valadares

- O estado de conservação das calçadas foi percebido como bom na maioria dos atrativos visitados. Quase a metade deles apresenta o estado regular ou ruim. 6 dos atrativos visitados possuem como bom o estado de conservação das calçadas, 4 regular e 4 ruim.



Figura 7: Estado de conservação das calçadas

Fonte: Ana Paula Valadares



Figura 8: Estado de conservação das calçadas

Fonte: Ana Paula Valadares

As áreas internas dos atrativos turísticos contaram com as observações e os seguintes resultados foram:

- Pisos antiderrapantes ou carpetes são encontrados em 7 dos atrativos visitados.

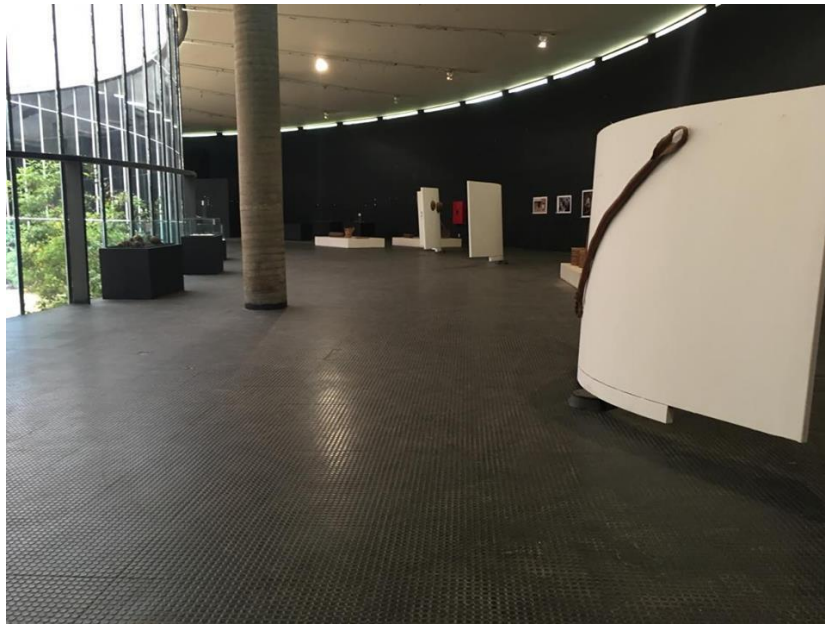


Figura 9: Piso antiderrapante no atrativo

Fonte: Ana Paula Valadares



Figura 10: Piso com carpete no atrativo

Fonte: Ana Paula Valadares

- Elevadores são encontrados em 6 dos 10 atrativos visitados. É importante destacar que apesar de alguns atrativos possuírem elevadores, muitos deles estavam com defeito, portanto era impossível usufruir do mesmo, podendo causar dificuldades para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.



Figura 11: Elevador exclusivo

Fonte: Ana Paula Valadares

- Escada com corrimão: todos os atrativos turísticos que possuem escadas contam com o corrimão como forma de apoio na sua área interna. 8 dos atrativos turísticos visitados contam com escadas com corrimão. Nos atrativos que não constam escadas significa que não é necessário o uso da mesma.
- Rampas foram encontradas em apenas 3 dos atrativos turísticos visitados, porém é importante deixar claro que a ausência de rampa nos atrativos não significa que o mesmo não contenha elevadores como outra alternativa.



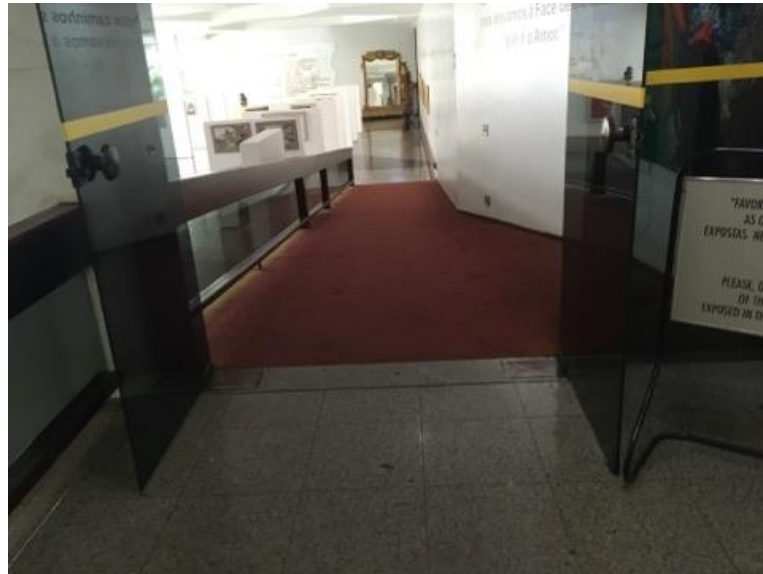


Figura 12: Rampa no atrativo turístico

Fonte: Ana Paula Valadares

- Disponibilidade de cadeira de rodas motorizadas ou não: 2 dos 10 atrativos visitados possuíam cadeira de rodas para pessoas com mobilidade reduzida. Um dos atrativos possuía a cadeira motorizada.



Figura 13: Disponibilidade de cadeira de rodas motorizadas

Fonte: Ana Paula Valadares

- Sanitários acessíveis: os resultados mostram que 7 dos atrativos visitados possuem sanitários acessíveis. É importante destacar que apesar

de possuírem os sanitários é necessário um estudo aprofundado se todos os atrativos senguem as normas definidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas e técnicas).

- Todos os atrativos visitados possuem sinalização de identificação interna e externa

Ao fazer as visitas nos atrativos para observar a existência dos critérios básicos foi possível o contato com a demanda dos idosos em todos os atrativos visitados, que em alguns casos os idosos relataram a dificuldade de locomoção dentro de determinado atrativo devido à ausência de algum dos critérios aqui já listados. Demonstrando o exercício da observação que esses critérios são necessários para o melhor aproveitamento dos idosos no espaço. Foi possível perceber o quão importante é o corrimão em uma escada, ou a diferença de ter uma rampa ou não no atrativo, a importância em ter uma cadeira de rodas disponível, entre outros aspectos destacados e observados. A falta da maioria desses critérios pode impedir que os idosos aproveitem de forma significativa sua visitação nos atrativos turísticos, são questões básicas e simples que podem ser modificadas sem alterar a identidade original do espaço. É importante destacar que nenhum dos atrativos visitados possui 100% dos critérios, porém existem aqueles que melhor atendem os turistas idosos de acordo com os critérios analisados, sendo eles em uma ordem que inicia com o melhor atendimento observado:

1. Memorial JK
2. Congresso Nacional
3. Templo da Boa Vontade
4. Memorial dos Povos Indígenas
5. Cine Brasília
6. Planetário
7. Santuário Dom Bosco
8. Museu do Catetinho
9. Museu Nacional
10. Museu Vivo da Memória Candanga

Essa ordem é uma percepção feita nas visitas de campo de acordo com todos os critérios listados e observados, da observação dos idosos que visitaram os atrativos, e também do atendimento aos mesmos nos empreendimentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou listar e relacionar uma série de conceitos importantes para entender o fenômeno do turismo como social e que possibilita inclusão, a fim de refletir como a oferta turística está lidando com o crescente aumento da população idosa que está cada vez mais interessada em conhecer novos lugares.

O objetivo geral deste trabalho foi identificar os atrativos culturais de Brasília que melhor atendem as necessidades do espaço para o turista idoso em potencial. Para atingir esse objetivo foram elaborados três objetivos específicos para entender as necessidades dos idosos e o que os atrativos turísticos culturais de Brasília estão fazendo para proporcionar a inclusão dessa demanda potencial.

Para atingir o primeiro objetivo específico foi necessária uma discussão teórica por meio da pesquisa bibliográfica para aproximar o turismo da demanda potencial dos idosos tratada neste trabalho. Para atingir o segundo objetivo específico foi necessária uma pesquisa documental para levantar leis que garantem direitos para esse público, e assim foi possível entender as necessidades dos idosos. E para atingir o terceiro objetivo específico foram feitas as observações *in loco* nos atrativos que proporcionou um olhar crítico sobre o que estava sendo visto. Ao atingir os três objetivos específicos foi possível atingir o objetivo geral deste trabalho.

Foi possível perceber através desse estudo que apesar dos gestores de turismo estarem dando mais atenção ao público idoso, muitas necessidades que são básicas, ainda estão sendo deixadas para trás, o que pode acabar interferindo na forma de como aquele idoso vai aproveitar determinado atrativo turístico. Foi possível perceber também, nas observações feitas *in loco* que o interesse de conhecer novos lugares e ter novas experiências é crescente para essa demanda.

Essa pesquisa pode contribuir como material de apoio para abrir novos olhares de todos os gestores, ou qualquer profissional da área do turismo, para comecem a dar uma atenção maior a essas questões básicas. Além disso esse estudo vale uma reflexão sobre o assunto para aqueles que também desejam pesquisar, podendo surgir novas pesquisas dando uma continuidade maior para



esse trabalho podendo aprofundar em uma gama maior de atrativos turísticos analisados. Esse tipo de trabalho também pode ser importante ser feito nas demais cidades brasileiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcos Antonio Bettine de, GURTIERREZ, Gustavo Luis, MARQUES, Renato. **Qualidade de Vida: definições conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012. Disponível em: < [http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/qualidade\\_vida.pdf](http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/qualidade_vida.pdf) > Acesso em: set 2017

BELINOVSKI, Andréia Cristina. **Política De Assistência Social: Avanços e Possibilidades no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) do Município de Telêmaco Borba/Pr**. Monografia de especialização, 2013

BENI, Mario C. **Análise estrutural do turismo**. 2 ed. São Paulo, Editora SENAC, 1998.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. Cartilha de dicas para atender bem turistas idosos. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/images/pdf/27\\_09\\_2016\\_cartilha\\_idoso.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/27_09_2016_cartilha_idoso.pdf)> Acesso em: out 2017

BRASIL. Ministério do turismo. Turismo Cultural: Orientações básicas. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_Cultural\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)> Acesso em: out 2017

BRASIL, Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 8 – Promoção e Apoio à Comercialização. Brasília, 2007

COOPER, Chris, FLETCHER, John, WANHILL, Stephen, GILBERT, David, SHEPHERD, Rebecca. **Turismo: princípios e práticas**. 2 ed. São Paulo. Editora S.A., 2001.

DE LA TORRE, Oscar. **El turismo: fenómeno social**. 2 ed. México. Ed. Fondo da cultura econômica, 1997.

DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e cultura popular- Debates**. São Paulo: Perspectiva, 1976

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FROMER, Betty, VIEIRA, Debora. **Turismo e terceira idade**. São Paulo. Editora Aleph, 2003. Coleção ABC do turismo

GOMES, Cristianne; PINHEIRO, Marcos; LACERDA Leonardo. **LAZER, TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL: Intervenção com idosos**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

HENRIQUES, Brito Eduardo. **A Cidade, Destino de Turismo**. Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série, Vol XIX, Porto, 2003, p163-172.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: set 2017

MÉTODOS DE PESQUISA. Série Educação a Distância. Editora UFRGS, 2009  
Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>  
Acesso em: nov 2017

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva; VITTE, Claudete de Castro. **O fenômeno Turístico e suas implicações na Cidade de Ouro Preto**.

OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE). Disponível em:  
<<http://www.who.int/en/>> Acesso em: set 2017

PLANALTO. *Estatuto do Idoso*. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm)> Acesso em: out 2017

PLANALTO. *Constituição Federal de 1998*. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: out 2017

PLANALTO. *Fundo nacional do idoso*. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12213.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12213.htm)> Acesso em: out 2017

PLANALTO. *Política Nacional do Idoso*. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm)> Acesso em: out 2017

PLANALTO. *Estatuto da cidade*. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)> Acesso em: out 2017

PLANALTO. *Estatuto da pessoa com deficiência*. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)> Acesso em: out 2017

PLANALTO. LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm)> Acesso em: out 2017

SOUZA, Heloísa, FILHO, Wilson, SOUZA, Romeu. **Turismo e qualidade de vida na terceira idade**. São Paulo: Editora Manole, 2006.

STEINBERGER, Marília. Turismo, território usado e cidade: uma discussão pré-teórica. In: STEINBERGER, Marília. Territórios turísticos no Brasil Central. Brasília: LGE Editora, 2009.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal, do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006

## APÊNDICE - Formulário de observação nos atrativos

### NOME DO ATRATIVO:

#### ÁREA INTERNA:

Sinalização de identificação ☐ Sim ☐ Não

Pisos antiderrapantes ☐ Sim ☐ Não

Rampas ☐ Sim ☐ Não

Escadas com corrimão ☐ Sim ☐ Não

Cadeira de rodas (motorizadas ou não) ☐ Sim ☐ Não

Quantas:

Elevadores ☐ Sim ☐ Não

Quantos:

Sanitários acessíveis ☐ Sim ☐ Não

Quantos:

Barras de apoio Horizontais nas portas dos banheiros ☐ Sim ☐ Não

Barras de apoio Horizontais perto dos vasos ☐ Sim ☐ Não

#### ÁREA EXTERNA:

Sinalização de identificação ☐ Sim ☐ Não

Vagas preferenciais para idosos nos estacionamentos ☐ Sim ☐ Não

Trajetória estacionamento até o atrativo:

Estado de conservação da calçada: ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo

Outras Observações: